

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

O capital, entendido como riqueza acumulada em forma de dinheiro, propriedades imobiliárias ou ativos financeiros, é visto como o resultado de um processo no qual o trabalho gera o valor adicionado. Quando o trabalhador recebe salários (digitais ou não) pelo seu esforço produtivo, esses salários representam a recompensa pelo trabalho realizado.

O dinheiro digitalizado representa uma forma de acumulação de valor criada pelo trabalho. Mesmo na economia digital, o trabalho – seja físico, seja intelectual, seja criativo – gera um retorno financeiro. Esse retorno, se não for imediatamente gasto, é acumulado e investido, tornando-se capital crescente com o tempo, por meio de juros compostos ou investimentos.

Quando o capital é investido, os juros compostos funcionam como multiplicadores de capital, porque aumentam a quantidade de riqueza acumulada ao longo do tempo. Nesse sentido, o dinheiro digital gerado pelo trabalho deve ser visto como uma forma de trabalho cujo valor se expande por meio dos mecanismos financeiros da economia digital. Assim como o aluguel é o pagamento pelo usufruto de propriedade imobiliário por um locador, os juros remuneram o custo de oportunidade pelo fato de o próprio possuidor não usufruir diretamente de seu uso.

Em uma economia sem papel moeda, a distinção entre trabalho e capital não muda essencialmente, mas a forma como o capital é gerido e acumulado sim. O capital continua a ser visto como a materialização de trabalho passado, porém agora ele existe predominantemente em forma digital. Isso cria outras dinâmicas.

O dinheiro digital circula mais rapidamente em comparação com o dinheiro físico, o que acelera o processo de acumulação e investimento, mas também de consumo. O acesso ao capital se torna ampliado ou restrito, dependendo de fatores como inclusão financeira digital.

Portanto, em uma economia digital, o capital pode ser entendido como uma extensão do trabalho acumulado, medido, transacionado e multiplicado por meio de sistemas de escrituração digital. A confiança nesse sistema de moeda digital e nas plataformas de transação e investimento é fundamental para o capital continuar a representar a riqueza criada pelo trabalho e, ao mesmo tempo, se tornar um ativo (forma de manutenção de riqueza) fluido, disponível para reinvestimento, consumo ou acumulação de reserva financeira a qualquer momento.

Internet: <eco.unicamp.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto emprega os termos “capital” e “salários” como sinônimos no trecho a seguir: “O capital, entendido como riqueza acumulada em forma de dinheiro, propriedades imobiliárias ou ativos financeiros, é visto como o resultado de um processo no qual o trabalho gera o valor adicionado. Quando o trabalhador recebe salários (digitais ou não) pelo seu esforço produtivo, esses salários representam a recompensa pelo trabalho realizado.”.
- 2 O texto atribui ao dinheiro digital um valor de mercado maior do que o do dinheiro físico.
- 3 De acordo com o texto, as dinâmicas associadas ao dinheiro digital são diferentes das dinâmicas associadas ao dinheiro físico.
- 4 Infere-se do texto que, se há inclusão financeira digital, a possibilidade de acesso ao capital se reduz; se não há inclusão financeira digital, a possibilidade de acesso ao capital se amplia.
- 5 Segundo o texto, o sucesso da economia digital está atrelado à confiança depositada pelos investidores nesse sistema de moeda digital.
- 6 Conclui-se, com base nas ideias do texto, que, em tempos pretéritos, o capital existia em forma predominantemente não digital.

Acerca da estrutura linguística e do vocabulário empregados no texto, julgue os itens seguintes.

- 7 Na sentença “Quando o trabalhador recebe salários (digitais ou não) pelo seu esforço produtivo, esses salários representam a recompensa pelo trabalho realizado.”, a conjunção “Quando” pode ser tanto temporal quanto condicional.
- 8 Na sentença “Quando o trabalhador recebe salários (digitais ou não) pelo seu esforço produtivo, esses salários representam a recompensa pelo trabalho realizado.”, a substituição dos parênteses por vírgulas manteria a correção gramatical.
- 9 Na frase “Mesmo na economia digital, o trabalho – seja físico, seja intelectual, seja criativo – gera um retorno financeiro.”, a conjunção “seja” exprime adição de ideias.
- 10 Na frase “Esse retorno, se não for imediatamente gasto, é acumulado e investido, tornando-se capital crescente com o tempo, por meio de juros compostos ou investimentos.”, o vocábulo “se” pode ser classificado, respectivamente, como conjunção e pronome.
- 11 Na frase “Esse retorno, se não for imediatamente gasto, é acumulado e investido, tornando-se capital crescente com o tempo, por meio de juros compostos ou investimentos.”, a expressão “por meio de” poderia ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical, por **através de**.

- 12 No período “Quando o capital é investido, os juros compostos funcionam como multiplicadores de capital, porque aumentam a quantidade de riqueza acumulada ao longo do tempo.”, a conjunção “porque” poderia ser substituída, sem prejuízo para a coerência entre as ideias e a correção gramatical, por **pois**.
- 13 Na frase “Nesse sentido, o dinheiro digital gerado pelo trabalho deve ser visto como uma forma de trabalho cujo valor se expande por meio dos mecanismos financeiros da economia digital.”, o trecho “uma forma de trabalho cujo valor se expande” poderia ser reescrito, sem prejuízo das ideias do texto nem de sua correção gramatical, da seguinte forma: **uma forma de trabalho que o valor se expande**.
- 14 Na frase “Assim como o aluguel é o pagamento pelo usufruto de propriedade imobiliário por um locador, os juros remuneram o custo de oportunidade pelo fato de o próprio possuidor não usufruir diretamente de seu uso.”, aproximam-se, por similaridade, dois elementos: o aluguel e os juros.
- 15 No trecho “O dinheiro digital circula mais rapidamente em comparação com o dinheiro físico”, a palavra “rapidamente” tem o mesmo sentido e pertence à mesma classe gramatical que a palavra “rápido”.
- 16 No período “O dinheiro digital circula mais rapidamente em comparação com o dinheiro físico, o que acelera o processo de acumulação e investimento, mas também de consumo.”, a substituição da primeira vírgula por ponto, com a consequente alteração de “o que” para **O que**, manteria a coerência entre as ideias, assim como a correção gramatical: **O dinheiro digital circula mais rapidamente em comparação com o dinheiro físico. O que acelera o processo de acumulação e investimento, mas também de consumo**.
- 17 No período “O dinheiro digital circula mais rapidamente em comparação com o dinheiro físico, o que acelera o processo de acumulação e investimento, mas também de consumo.”, a conjunção “mas” exprime ideia de adversidade.
- 18 Na frase “O acesso ao capital se torna ampliado ou restrito, dependendo de fatores como inclusão financeira digital.”, a forma verbal “dependendo” poderia ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para coerência entre as ideias do texto, por **e depende**.
- 19 No excerto “A confiança nesse sistema de moeda digital e nas plataformas de transação e investimento é fundamental para o capital continuar a representar a riqueza criada pelo trabalho”, é facultativa a flexão do trecho “é fundamental” no plural, da seguinte forma: **são fundamentais**.
- 20 No trecho “é fundamental para o capital continuar a representar a riqueza criada pelo trabalho e, ao mesmo tempo, se tornar um ativo (forma de manutenção de riqueza) fluido”, a substituição de “fluido” por **fluído** prejudicaria a correção gramatical do texto.

Três cantores, André, Eduardo e Fábio, exercem, cada um, uma das seguintes classificações vocais: barítono, tenor e baixo, não havendo repetição. Sabe-se que apenas uma das afirmações a seguir é verdadeira.

- I André é barítono.
- II Eduardo não é barítono.
- III Fábio não é tenor.

Com base nessa situação hipotética e nas informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 21 André é baixo.
- 22 Eduardo é tenor.
- 23 Fábio é barítono.

Em um grupo de 7 amigos, a média das alturas, desconsiderando-se o mais alto, foi 1,70 m, e a média das alturas, desconsiderando-se o mais baixo, foi 1,72 m. Sabe-se, ainda, que a média das alturas do grupo completo foi 1,71 m.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 24 A altura do amigo mais alto é igual a 1,78 m.
- 25 A altura do amigo mais baixo é igual a 1,65 m.
- 26 A amplitude das alturas do grupo é igual a 13 cm.

Em uma coletiva de imprensa, há 11 pessoas disponíveis para compor a mesa, que será formada por exatamente 6 pessoas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27 O número de maneiras distintas de escolher os integrantes da mesa é igual a 462.
- 28 Caso se imponha a restrição de que Enzo e Maria Valentina não possam integrar a mesa simultaneamente, então o número de maneiras distintas de escolha passa a ser igual a 336.
- 29 A probabilidade de Maria Valentina integrar a mesa, dado que Enzo integra a mesa, é igual a 50%.
- 30 Uma vez formada a mesa com 6 pessoas, o número de maneiras distintas de reorganizar os 6 lugares, mantendo-se os mesmos integrantes, de modo que ninguém permaneça na sua posição original, é igual a 265.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Quanto ao Microsoft Word (Microsoft 365), ao Google Meet e aos sistemas operacionais móveis, julgue os itens a seguir.

- 31 No Microsoft Word (Microsoft 365), o recurso de controle de alterações permite registrar edições feitas em um documento colaborativo, exibindo inclusões, exclusões e comentários, recurso semelhante ao disponível no Google Docs do Google Workspace.
- 32 O Google Meet exige a instalação de um aplicativo dedicado em computadores para permitir a realização de reuniões por videoconferência.
- 33 Durante uma reunião no Google Meet, o organizador pode compartilhar a tela, silenciar participantes e gravar a reunião, desde que possua permissões compatíveis com o plano contratado.
- 34 A partir do Android 5.0, o mecanismo SELinux opera exclusivamente em modo permissivo em versões estáveis do sistema, sendo utilizado apenas para geração de *logs* e auditoria, sem interferir efetivamente no controle de acesso aos recursos do sistema.
- 35 O sistema iOS adota um modelo de distribuição de aplicativos mais restritivo que o Android, priorizando a App Store como principal meio oficial de instalação.

Acerca do navegador Microsoft Edge, dos vírus de computador e dos conceitos de inteligência artificial, julgue os itens seguintes.

- 36 O modo InPrivate do Microsoft Edge impede, por completo, que provedores de Internet e administradores de rede monitorem o tráfego de navegação do usuário.
- 37 Os vírus de computador são capazes de se propagar automaticamente pela rede sem qualquer interação do usuário, não necessitando estar associados a arquivos hospedeiros.
- 38 O vírus do tipo polimórfico mantém sempre a mesma assinatura digital durante a infecção, o que facilita sua detecção por mecanismos tradicionais com base em assinatura.
- 39 Os sistemas de inteligência artificial com base em aprendizado supervisionado exigem conjuntos de dados previamente rotulados para treinamento dos modelos.
- 40 Os algoritmos de inteligência artificial são capazes de tomar decisões conscientes e possuem entendimento semântico equivalente ao raciocínio humano.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Um governador de estado brasileiro recebeu vantagem econômica indevida de um líder de organização criminosa para tolerar a exploração de jogos de azar no território estadual, valendo-se das prerrogativas inerentes ao cargo que ocupa.

Com base nessa situação hipotética e nas normas da Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 41** Tanto o recebimento quanto a aceitação da promessa de vantagem econômica indevida pelo governador, desde que praticados de forma dolosa e em razão do exercício do cargo, caracterizam ato de improbidade administrativa, ainda que o benefício não tenha sido efetivamente percebido.
- 42** A tolerância deliberada à exploração de atividade ilegal praticada pelo governador, desde que culposamente, pode configurar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 43** A conduta descrita do governador exige a comprovação de dolo específico para a caracterização do ato de improbidade administrativa.
- 44** A responsabilização por ato de improbidade administrativa exige que o agente público possua vínculo funcional com a Administração Pública, não se aplicando aos agentes que ocupam cargos políticos, os quais estariam impedidos de sofrer as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 45** O particular que ofereceu vantagem econômica indevida ao governador não praticou ato de improbidade administrativa, por não integrar a estrutura funcional da Administração Pública.

Um servidor público efetivo foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa que resultou em lesão ao erário, sendo-lhe aplicadas as sanções cabíveis previstas na Lei nº 8.429/1992.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, a respeito das penalidades passíveis de imposição.

- 46** A perda da função pública aplicada ao servidor condenado por improbidade administrativa pode ser executada antes mesmo do trânsito em julgado da decisão judicial.
- 47** Na condenação pela prática de ato de improbidade administrativa que resultou em lesão ao erário, o improbo estará sujeito à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, além de outras penalidades.

- 48** Para a configuração do ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, é prescindível a demonstração de dano efetivo ao patrimônio público.
- 49** A condenação por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário enseja a perda apenas dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do agente, não alcançando os bens de origem lícita.
- 50** Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.

No âmbito da atuação administrativa, o administrado possui deveres e direitos assegurados perante a Administração Pública. Acerca dessa informação, julgue os itens a seguir, conforme a Lei nº 9.784/1999.

- 51** O princípio da ampla defesa exige que o administrado seja obrigatoriamente assistido por advogado em todo e qualquer processo administrativo, ainda que não haja previsão legal específica.
- 52** A Administração Pública pode negar ao administrado, mesmo que ele esteja na condição de interessado, o acesso aos autos do processo administrativo, desde que o faça mediante decisão fundamentada.
- 53** O administrado pode formular alegações e apresentar documentos no processo administrativo, devendo a Administração considerá-los antes da tomada de decisão.
- 54** É facultado ao administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas, bem como colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com as diretrizes nela estabelecidas. Considerando essa informação, julgue os itens seguintes, com base na Lei nº 12.527/2011.

- 55** A informação autêntica é aquela não modificada.
- 56** Compete aos órgãos e às entidades do Poder Público, respeitadas as normas e os procedimentos próprios, garantir a tutela das informações submetidas a sigilo e dos dados de natureza pessoal, assegurando sua disponibilidade, autenticidade, integridade e, quando cabível, a limitação de acesso.
- 57** A Lei de Acesso à Informação tem sua incidência restrita às pessoas jurídicas de direito privado.

- 58** As entidades de direito privado, organizadas como serviços sociais autônomos e que recebam contribuições ou recursos públicos federais por meio de contrato de gestão, devem tornar público o número de funções gratificadas, os critérios para sua ocupação e a relação dos empregados que exercem cada tipo de função gratificada.
- 59** O órgão ou a entidade pública tem o prazo improrrogável de até 15 dias para conceder acesso à informação disponível.
- 60** No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de cinco dias a contar da sua ciência.
- 61** Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.
- 62** Quando se tratar de documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, a Administração poderá reservar-se o direito de negar ao administrado o acesso à informação.

À luz da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 63** O tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural, para fins exclusivamente particulares e não econômicos, não se sujeita às normas da LGPD.
- 64** O operador é a pessoa natural que possui competência para proferir decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- 65** O princípio da adequação refere-se à compatibilidade entre o tratamento de dados pessoais e as finalidades previamente informadas ao titular, devendo ser observado o contexto específico em que esse tratamento é realizado.
- 66** O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante consentimento expresso do titular, ainda que para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo agente de tratamento.
- 67** Os dados anonimizados serão considerados dados pessoais para os fins da LGPD.
- 68** Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.
- 69** O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando realizadas com base no legítimo interesse.
- 70** O Conselho Diretor da ANPD será composto de cinco diretores, incluído o diretor-presidente.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação ao Direito Constitucional, com base na Constituição Federal de 1988, bem como nos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens a seguir.

- 71** A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, por diversos princípios expressos em seu texto, entre os quais se destaca a garantia do desenvolvimento nacional.
- 72** O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 se caracteriza por ser um princípio fundamental que, embora não tenha força normativa cogente, deve nortear o intérprete na análise de seu texto.
- 73** De acordo com o entendimento do STF, a imposição de sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização de testes ou exames clínicos destinados a aferir a influência de álcool ou de outra substância psicoativa não viola o princípio da presunção de inocência.
- 74** Considerando a posição do STF, a ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não viola os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 75** Conforme entendimento do STF, a prática do tráfico de drogas, em sua modalidade privilegiada, não configura crime hediondo, sendo, portanto, possível a concessão de indulto aos condenados por esse crime.
- 76** A prisão ilegal será imediatamente revogada pela autoridade judiciária.
- 77** De acordo com o STF, a vedação constitucional do nepotismo incide sobre as funções de confiança em todos os Poderes.
- 78** Compete ao Congresso Nacional autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a 15 dias.
- 79** Com a diplomação, deputados e senadores têm foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal, mesmo antes da posse.
- 80** A emenda à Constituição será sancionada pelo presidente da República com o respectivo número de ordem.
- 81** A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional acerca do mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio acerca do atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- 82** A matéria constante de proposta de emenda à Constituição que for rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
- 83** A jurisprudência do STF preconiza que os membros dos Tribunais deverão declarar, monocraticamente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afastando parcialmente sua incidência, sem que isso configure violação à cláusula de reserva de plenário.
- 84** As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 85** No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões legais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, podendo recusá-lo somente pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.

Acerca das normas referentes ao direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 86** A intervenção no domínio econômico é considerada uma atividade administrativa que deve ser prestada exclusivamente pela Administração Pública Direta.
- 87** A descentralização por delegação poderá ocorrer tanto por contrato administrativo quanto por ato administrativo.
- 88** Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 89** A sociedade de economia mista, mesmo que tenha personalidade jurídica de direito público interno, será constituída sob a forma de sociedade anônima.
- 90** As empresas públicas que prestam serviços essenciais, em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa primária, mesmo com personalidade jurídica de direito privado, estão sujeitas ao regime de precatórios para o pagamento de débitos decorrentes de suas atividades, conforme decidiu o plenário do STF, no julgamento da ADPF 1.193.
- 91** Segundo a Lei de Licitações, o sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras, à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.
- 92** A licitação na modalidade de diálogo competitivo será conduzida por comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, sendo admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
- 93** A reversão em cargo público consiste na reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando for invalidada judicialmente a sua demissão.
- 94** De acordo com o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes é objetiva.

95 A teoria do risco integral da responsabilidade civil do Estado é aplicada no ordenamento jurídico brasileiro em situações excepcionalíssimas, como danos nucleares ou danos ambientais. Segundo essa teoria, admite-se a excludente de responsabilidade quando ficar comprovada a culpa exclusiva da vítima ou quando o fato decorrer de caso fortuito ou força maior.

Com base no direito civil brasileiro, bem como nos entendimentos dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

96 A emancipação voluntária do menor de 18 anos de idade completos ocorrerá pela concessão dos pais, mediante instrumento público e homologação judicial.

97 A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito 180 dias depois de publicada pela imprensa; mas, logo que passe em julgado, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

98 O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, em razão de defeito no ato constitutivo, decai em dois anos, contados da publicação de sua inscrição no respectivo registro.

99 Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, a desconsideração da personalidade jurídica alcançará automaticamente todas as empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, caso existente.

100 O negócio jurídico é anulável quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz, assegurando-se a preservação dos direitos dos terceiros de boa-fé.

101 A simulação configura hipótese de nulidade do negócio jurídico, não sendo passível de confirmação nem de convalidação pelo decurso do tempo.

102 A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescreve em três anos.

103 Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

104 É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção da dívida, era insolvente e o credor o ignorava.

105 O contrato de doação realizado em contemplação do merecimento do donatário deverá ser celebrado, obrigatoriamente, por escritura pública.

Acerca do direito processual civil, bem como dos entendimentos dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir.

106 As matérias de ordem pública, passíveis de conhecimento de ofício pelo juiz, não se submetem ao princípio da não surpresa.

107 Os juízes estão obrigados a observar a ordem cronológica de conclusão para proferir sentença, inclusive no julgamento de embargos de declaração.

108 Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.

109 A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

110 Na ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família, ambos os cônjuges serão necessariamente citados.

111 A tutela provisória pode fundamentar-se na urgência ou na evidência. Quando requerida em caráter incidental, depende do pagamento de custas.

112 Os efeitos da tutela antecipada, concedida nos termos do Código de Processo Civil, tornam-se estáveis se não for interposto recurso contra a decisão que a conceder.

113 A suspensão do processo por convenção das partes não pode exceder o prazo de um ano.

114 O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.

115 Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

A respeito do direito do trabalho e do processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

116 Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 20 minutos, observado o limite máximo de 30 minutos diários.

117 É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

118 Entre duas jornadas de trabalho, o empregado deve usufruir de um período mínimo de 12 horas consecutivas de descanso, bem como de 24 horas consecutivas de repouso semanal, preferencialmente aos domingos.

119 Após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a 18 dias corridos de férias quando houver tido de 15 a 23 faltas durante o respectivo período aquisitivo.

120 Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos 12 meses que precederem à concessão das férias.